

Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Começo esse semestre prestando a solidariedade devida e merecida às famílias dos 550 mil mortos no Brasil em razão da pandemia. Tragédia humanitária mundial particularmente agravada entre nós por circunstâncias locais.

Temos testemunhado que muitas democracias se encontram sob pressão. A democracia foi a ideologia vitoriosa do século XX, tendo derrotado todos os projetos alternativos que se apresentaram: o comunismo, o fascismo, o nazismo, os regimes militares e os fundamentalismos religiosos. E nós entramos no século XX com a democracia coroada como o ponto culminante da evolução institucional da humanidade.

Nos últimos tempos, no entanto, em diferentes partes do mundo, se tem falado em recessão democrática, retrocesso democrático, democracias iliberais. Os exemplos têm-se multiplicado: Hungria, Polônia, Turquia, Rússia, Ucrânia, Geórgia, Filipinas, Venezuela, Nicarágua, e mais recentemente El Salvador.

Todos países em que tem ocorrido uma erosão democrática não por golpe de estado, mas conduzida por líderes populares eleitos pelo voto e que, uma vez no poder, vão desconstruindo tijolo por tijolo os pilares da democracia: concentrando poderes no Executivo, procurando demonizar a imprensa e procurando colonizar os tribunais constitucionais que atuam com independência. É uma receita relativamente padrão praticada em diferentes partes do mundo.

O mundo assiste a três fenômenos, que quando se juntam se tornam extremamente perigosos. Que são o populismo, o extremismo e o autoritarismo. Nenhum país está imune a essa degeneração da democracia. E, portanto, os democratas de todo o mundo estão atentos ao que está acontecendo.

No Brasil, após mais de duas décadas de ditadura, nós conseguimos construir a quarta maior democracia de massas do mundo. E, em mais de três décadas de vigência da Constituição de 1988, conseguimos estabilidade institucional, estabilidade monetária e uma expressiva inclusão social que ocorreu sob o regime democrático, apesar da recessão que enfrentamos desde o final de 2014. Muitas gerações de brasileiros se dedicaram ao projeto democrático, que é o projeto da soberania popular, das eleições livres, do estado de direito, da separação de poderes e do respeito aos direitos fundamentais de todos.

As democracias contemporâneas são feitas de votos, são feitas do respeito aos direitos fundamentais e são feitas de debate público de qualidade. A ameaça de não realização de eleições é uma conduta antidemocrática. Suprimir direitos fundamentais, incluindo os de natureza ambiental, é uma conduta antidemocrática. Conspurar o debate público com desinformação, mentiras, ódio e teorias conspiratórias é conduta antidemocrática.

Há coisas erradas acontecendo no país e nós todos precisamos estar atentos. Precisamos das instituições e precisamos da sociedade civil, ambas bem alertas.

Nós já superamos os ciclos do atraso institucional, mas há retardatários que gostariam de voltar ao passado. E parte dessas estratégias incluem o ataque às instituições. Uma das manifestações do autoritarismo no mundo contemporâneo é precisamente o ataque às instituições, inclusive as instituições eleitorais que garantem um processo legítimo de condução aos mais elevados cargos da República.

Nos Estados Unidos, por exemplo, insuflados pelo presidente derrotado, 50% dos republicanos acham que a inequívoca vitória do presidente Biden foi fraudada. Essas narrativas, fundadas na mentira e em teorias conspiratórias, destinam-se precisamente a pavimentar o caminho da quebra da legalidade constitucional. Nos Estados Unidos, isso resultou na dramática invasão do Capitólio, com muitas mortes ocorridas e praticadas por extremistas e conduzidos de maneira irracional por líderes irresponsáveis. Ah, sim, e para que ninguém se iluda: nos Estados Unidos há voto impresso ou em cédula. Voto impresso não é contenção adequada para o golpismo.

Aqui no TSE adotamos a postura de responder, com presteza e correção, todas as informações falsas divulgadas em relação ao tribunal e em relação ao sistema de votação eletrônica. Fizemos isso com a ajuda valiosa da Secretaria de Tecnologia de Informação, da Assessoria de Comunicação Social, com a coordenação da Secretaria-Geral. E também merece menção as agências checadoras de fatos, que têm sido parceiras excepcionais. Gente que se esforça muito, todos os dias, para não nos convertermos no país da mentira oficial.

Produzimos respostas com fatos, provas, conhecimento e ciência. Sem adjetivos ou bravatas. A verdade só liberta aos que querem se libertar. Aos que preferem se acorrentar à crença de que uma mentira repetida muitas vezes se torna verdade só podemos esperar que venham a ser iluminados algum dia pelo bem. Até lá, serão perenemente prisioneiros do mal.

Quanto às referências pessoais a mim, tratei com a indiferença possível. Eu escolhi para minha vida ser um agente do processo civilizatório e empurrar a história na direção certa. Se eu parar para bater boca eu me igualo a tudo o que quero transformar. Eu vivo para o bem e para fazer um país melhor e maior. Ódio, mentira, agressividade, grosseria, ameaças e insultos são derrotas do espírito. O universo me deu a benção de não cultivar esses sentimentos e essas atitudes.

Aliás, na data de hoje, todos os ex-presidentes do Tribunal Superior Eleitoral ainda vivos se manifestaram publicamente pela integridade do nosso sistema de votação eletrônica e contra a introdução do voto impresso pelos riscos que oferece de quebra de sigilo e de fraude. Uma nota pública, sóbria e civilizada, mas que não deixa dúvida do que consideramos certo, justo e legítimo. Como se constata, essa não é uma posição defendida exclusivamente pelo presidente do TSE. São todos os ex-presidentes e todos os ministros desse tribunal. A obsessão por mim não faz qualquer sentido e, sobretudo, não é correspondida.

Tivemos que continuar desmentindo sucessivas fake news sobre o sistema eleitoral brasileiro. Tudo requentado, amadorístico, sem novidades. Isso já começa a ficar cansativo, mas não podemos esmorecer.

Vejam-se algumas das mentiras renovadas e que aqui muito brevemente desminto uma vez mais. A primeira, a alegação de que o sistema brasileiro somente é usado no Butão e em Bangladesh. As agências checadoras de notícias e o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Social documentam que mais de 23 países usam tecnologia de urnas eletrônicas.

Outra inverdade frequentemente repetida é que o sistema brasileiro seria inaudível. Ele é audível uma dezena de vezes, desde o teste público de segurança, no qual entregamos a urna para que tentem ultrapassar suas barreiras de segurança, passando pela participação dos partidos políticos, PGR, OAB, PF, no momento de elaboração do programa com assinatura digital e lacração por todas as entidades impedindo qualquer tipo de adulteração. É o único momento em que há manipulação humana no processo eleitoral brasileiro, sob a fiscalização de todos os interessados.

Nós tivemos que refutar uma alegação que, com grande desinformação, gente de boa-fé repete, de que a apuração é feita numa sala secreta do TSE. Essa é uma afirmação de quem não tem a menor ideia de como funciona o sistema. Gente que vive na argumentação do absurdo. No sistema brasileiro, o resultado das eleições sai às 17 horas, quando a urna imprime o boletim de urna, com a votação de todos os candidatos recebidos naquela urna, naquela seção eleitoral específica, onde se situa aquela urna. A partir desse momento o resultado da eleição já existe. Os candidatos já têm a informação de quantos votos tiveram. A totalização apenas é feita no TSE porque o Brasil tem cerca de 5.600 municípios e, portanto, a totalização é feita por um supercomputador.

Mas é um equívoco, uma fantasia, que possa haver fraude na remessa desses dados. Primeiro porque ele é feito em uma rede interna criptografada. E segundo porque sempre é possível conferir os boletins de urna já divulgados impressos. Esse é o voto impresso brasileiro, com a divulgação dos resultados feita no site do TSE, sendo que os boletins são colocados na internet para que qualquer cidadão, qualquer eleitor, possa conferir o boletim que sai da urna com o que foi divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A alegação de que a tecnologia da urna é a mesma desde 96 é a de quem não acompanha nada do que está acontecendo e não tem nenhum compromisso com os fatos. As urnas são aprimoradas e renovadas na sua segurança anualmente, inclusive com a ajuda dos que participam dos testes público de segurança procurando vulnerabilidades para que elas sejam consertadas.

Quanto à alegação de que a prisão do hacker indica a possibilidade de invadir o sistema do TSE. É preciso reconhecer que no mundo contemporâneo todos os sistemas estão sujeitos a ataques, dos bancos, da Nasa, do FBI, da empresa petrolífera, da empresa que produz carne. Nós nunca dissemos que não é possível invadir o sistema do TSE. Nós temos todas as precauções e nunca houve invasão relevante. Apenas invasões que resgataram dados administrativos sem importância. Mas mesmo assim é indesejável e nós estamos fortalecendo a segurança, a cybersegurança. Porém, para repetir mil vezes se for necessário: a urna eletrônica brasileira não é conectada à rede, não é conectada à internet, não é passível de acesso remoto. De modo que a invasão eventual do sistema do TSE é incapaz de alterar o

resultado das eleições porque as urnas em tempo algum são passíveis de acesso remoto e, portanto, de hackeamento.

Quanto à alegação de que o TSE e seu presidente teriam interferido no Poder Legislativo. Eu gostaria de dizer que compareci à Câmara dos Deputados após insistentes convites da comissão especial, do presidente da comissão especial, da autora da proposta do voto impresso e do eminente presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira, que veio a este tribunal e me fez o convite pessoalmente. De modo que eu não me ofereci para ir ao Congresso. Fui ao Congresso debater a convite dos parlamentares. Fui muito bem recebido. A Câmara dos Deputados, o Parlamento, dignificam a democracia, porque não há democracia sem Parlamento funcionando ativamente. E, portanto, participamos de um debate franco, honesto, de pessoas que querem o melhor para o Brasil e que não estão apenas preocupados com que argumento vão usar se perderem as próximas eleições.

E, por fim, a observação que eu gostaria de fazer especialmente às pessoas de boa fé – porque as pessoas de má fé, tudo o que a gente pode torcer é para que um dia o seu espírito seja iluminado pelo bem. Mas às pessoas de boa-fé, eu gostaria de explicar por qual razão o voto impresso não é um mecanismo desejável de auditoria. E a razão é muito simples: o voto impresso é menos seguro que o voto eletrônico. Não se cria um mecanismo de auditoria menos seguro do que o objeto que está sendo auditado.

A história do Brasil sempre foi a história de fraudes eleitorais, desde o Império passando pela República. Até que em 1996, com as urnas eletrônicas, nós eliminamos o risco de fraude eleitoral no Brasil. Nunca se documentou nenhuma fraude. E quem prometeu apresentar provas de que havia fraude não apresentou. Porque não existem, porque não aconteceu, esse não é um discurso verdadeiro.

Mas o voto impresso – nós vamos ter cerca de 150 milhões de eleitores –além do custo de comprar as impressoras, além do impacto ambiental dos 150 milhões de votos impressos, eles precisam ser transportados. Num país em que ocorre roubo de carga, em um país que tem milícia, em um país que tem PCC, em um país que tem Amigos do Norte, em um país em que tem Comando Vermelho, nós vamos transportar pelas ruas e pelas estradas esses votos. Sendo que, em locais remotos, os votos vão de barco, de canoa, a pé. Portanto com risco de sumiço e supressão das urnas.

Além disso, eles vão ter que ser armazenados por semanas, e mais que tudo e pior que tudo, a ideia de uma recontagem manual de 150 milhões de votos vai nos levar ao passado de fraudes do qual nos libertamos. Em que sumia urna, as urnas apareciam infladas por votos falsos, fiscais comiam voto durante a apuração. Basta perguntar a qualquer juiz eleitoral que tenha presidido uma junta apuradora para saber como era e do que nós nos livramos desde que moralizamos o sistema eleitoral brasileiro com o voto eletrônico. Outros países não adotam o voto eletrônico, mantêm o voto em papel, é verdade. São países que não tiveram os problemas que nós tivemos: com coronelismo, com voto de cabresto, com compra de votos, com mapismo, com eleição a bico de pena.

O voto impresso nas circunstâncias brasileiras atuais será uma porta aberta para a quebra do sigilo do voto porque o voto impresso trará toda a composição do voto para presidente, para senador, para deputado federal, governador e para deputado federal e para

deputado estadual. Num país em que ainda se compra voto vai ser possível saber na recontagem se o voto comprado foi entregue. Inclusive maceteando o voto e pedindo para anular, por exemplo, o voto para deputado estadual ou para deputado federal. Vamos incentivar o coronelismo, vamos incentivar a milícia, vamos incentivar a compra de votos. Além de criarmos esse imenso risco de fraude da qual nos libertamos.

É por essa razão que o TSE, por todos os seus presidentes, e pelos futuros presidentes que já são conhecidos, são contrários ao voto impresso porque ele pode fazer mal à democracia brasileira. Portanto, eu espero que pessoas de boa-fé compreendam que esse é um risco, esse é um retrocesso, esta não é uma vontade de quem realmente queira bem do Brasil.

Gostaria de fazer um registro ainda dos projetos que estão em andamento no nosso tribunal nesse início do segundo semestre. Continuaremos a combater, como temos combatido, as informações falsas e a desinformação, monitorando a imprensa e as redes sociais, para prontamente desmentir o que precisa ser desmentido. Mantemos parcerias com as principais mídias sociais para esse monitoramento dos comportamentos inautênticos coordenados e para remoção de desinformação. Nós mantemos parcerias com as agências checadoras de notícias, que têm sido parceiros imprescindíveis, no nosso esforço de impedir que o terrorismo informacional comprometa a democracia. Mantemos no ar a nossa página Fato ou Boato para o desmentido imediato das notícias falsas relativas ao TSE e ao processo eleitoral.

Temos projetos relativos à igualdade de gênero, o TSE integra o observatório nacional da mulher na política, recém-criado na Câmara dos Deputados, projeto Entre elas e estamos lançando na campanha, uma belíssima campanha estrelada pela atriz Camila Pitanga sobre mais mulheres na política e contra a violência de gênero. Temos outros projetos importantes: a identificação civil nacional, que começou no TSE na gestão do ministro Dias Toffoli, e que conseguimos agora fazer deslanchar, e temos banco de dados com quase 120 milhões de biometrias, inclusive faciais.

E amanhã assinamos convênio com CNJ para o banco de dados ser utilizado para identificação biométrica de presos. Com avanço da identificação civil nacional, em breve, todos os brasileiros poderão ter identificação digital no seu celular, simplificando a vida. E, portanto, aplicativo que poderá ter carteira de identidade, CPF, título de eleitor, tornando a vida mais fácil, e vai impedir as fraudes e facilitar a identificação de pessoas que recorrem aos serviços públicos e aos bancos de dados. Esses os nossos importantes projetos ao longo do semestre, além de uma campanha em defesa da democracia e de transparência do nosso processo eleitoral.